

IMPrensa LIVRE

26/04/2005

08:25

Lei do Passe Livre: prefeitura entra com recurso no TJ contra multa
São Sebastião

A prefeitura de São Sebastião entrou com um pedido de “agravo de instrumento” junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para não ter que pagar multa por não cumprir a lei municipal 1.562/02, que prevê o passe livre para deficientes no transporte coletivo urbano.

Conforme reportagem publicada pelo Imprensa Livre no último fim de semana, uma liminar expedida pelo juiz da 2ª Vara, Luiz Antônio Carrer, determinava o pagamento de R\$ 1 mil/dia. Tal decisão consta no Diário Oficial da União do dia 7 de abril.

Ontem, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que, em razão da apresentação do agravo de instrumento, a liminar que prevê a multa está suspensa até que se tenha resposta do TJ. A assessoria também frisou que o advogado Antônio Nizolli, assessor jurídico da secretaria municipal de Saúde, disse que o decreto que regulamentará a lei está em fase final de elaboração e deve ser assinado entre as próximas semanas. A prefeitura considera que a lei municipal que regulamenta o passe livre é muito ampla e necessita de alterações.

Na reportagem do último sábado, o advogado Rodrigo Vicente Luca, que representa a APDSS (Associação dos Portadores de Deficiência de São Sebastião), lembrou que no dia 3 de março deste ano o juiz concedeu uma liminar sobre a ação civil pública impetrada pela entidade em agosto do ano passado, na qual a prefeitura teria que cumprir o que determina a lei 1.565/02.

Ou seja, a administração municipal teria de fornecer credenciais aos portadores de deficiência, que passariam a ter direito de utilizar o transporte coletivo urbano gratuitamente. Contudo, como não havia a determinação da multa em caso de descumprimento, a associação ingressou um “embargo de declaração”, a fim de corrigir a medida.

Com isso, a prefeitura tinha dez dias para começar a cumprir a lei, prazo que venceu no dia 18, justamente o dia em que foi apresentado o “agravo de instrumento” junto ao Tribunal de Justiça. Em agosto haverá uma audiência conciliatória, envolvendo a associação e prefeitura. (GG)